

variadíssimos aspectos que poderiam ser abordados, tendo em conta aquele tema. Embora sejam artigos individuais, no entanto, remetem-nos para os novos desafios e os novos dilemas que se colocam à educação no século XXI.

Educação: novos desafios - Licenciatura em Educação de Infância

Carmo Lopes
Clara Craveiro
Conceição Oliveira
Domingas Brito
Inês Guedes
Irene Cortesão
Isabel Brandão
Isabel Cunha
Ivone Neves
Paula Pequito
Sofia Guedes

Estamos a celebrar 40 anos de uma Escola cujo nome faz referência a uma mulher que viveu no século XIX: Paula Frassinetti que questionou e procurou dar resposta aos desafios do seu tempo acreditando que "Educar é transformar o mundo".

Também, hoje, imbuídos do mesmo espírito, ao pensarmos na educação como "tocada" por novos desafios e novos dilemas imediatamente nos surgem palavras-chave ou consequências do desenvolvimento das sociedades e que povoam, hoje, todo o discurso pedagógico.

Efectivamente falar em educar afigura-se a todos os responsáveis como uma meta da actividade pedagógica que tem, obrigatoriamente, que contemplar as questões da globalização, a influência da caracterizada como sociedade de consumo, a aparente contradição da expressão "aldeia global", a realidade a que se assiste da abertura das fronteiras, a influência das novas tecnologias e no geral dos media, a constituição de novas estruturas e novos tipos familiares, entre outras... realidades.

Caracterizam também a nossa época: as migrações maciças, as manifestações de fanatismos étnicos, políticos e religiosos, a deficiente gestão de recursos criando situações quer de desperdício quer de imensa pobreza, os desastres ecológicos,

o infra desenvolvimento económico e cultural, a influência do crime organizado estando na ordem do dia o narcotráfico, o tráfico de pessoas e armas e a sabotagem económica e informática; igualmente a carência de manutenção e de controlo de equipamento e material nuclear, biológico e químico bem como a manipulação biológica e genética...

São estes pois alguns dos desafios que o séc. XXI nos traz sob a forma de novas ameaças às quais urge responder com uma educação que promova o multiculturalismo, a abertura à diferença e a novos valores, ao desenvolvimento da solidariedade e da aceitação da diversidade, à criação de igualdade de oportunidades, de um espírito crítico e criativo e de uma consciência de colectividade educativa.

Reafirmamos a necessidade de uma educação assente na importância de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Assim, é com estes contornos da sociedade actual que ganham sentido objectivos educativos como a promoção de culturas de Paz, de Tolerância e de Esperança, onde o sentido de pertença a uma comunidade leva à construção da identidade do cidadão.

Falamos pois de Educação para a Cidadania.

A cidadania é um conceito antigo trazido para uma realidade nova e em constante mudança. Vivemos num mundo em que a relação com o tempo, o espaço, os lugares, o saber, o sentido da vida, do trabalho, de pertença e de identidade fazem invocar um outro olhar e um outro tratamento deste conceito. Embora seja difícil responder a este desafio, a questão não está tanto em reafirmar valores e modos de estar, como em encontrar formas de o concretizar no quotidiano social, educativo e escolar.

Se este é um repto que se coloca a todas as instituições de ensino e formação, para esta Escola, reflectir sobre como educar para a cidadania ou como desenvolver conhecimentos e competências nos formandos conducentes com as características e com as exigências da sociedade dos nossos dias, tem sido uma preocupação constante.

50

Talvez, recordando o sentido de cidadania na Antiguidade Clássica, onde esta noção estava ligada ao conjunto de acções convenientes à comunidade de cidadãos (Fonseca, 2001), pudéssemos dizer que o que a Escola pretende, ao procurar através da educação e da formação, tornar as pessoas mais cívicas nas situações da vida, é prepará-las para agir adequadamente com os outros e intervir eficazmente na transformação da própria sociedade em que vivemos e que queremos ver mais justa e melhor.

Mas, de facto, não resulta transmitir valores cívicos se não se criarem situações em que as pessoas possam experimentá-los e possam avaliar as consequências, para si e para os outros, desse mesmo exercício (Fonseca, 2001).

Neste contexto, a Escola no intuito de contribuir para a emergência de comportamentos de cidadania nos seus formandos promove condições em que estes se sintam

efectivamente integrados, participantes e não meramente entidades passivas e espectadoras.

Assim, a Escola forma os alunos de modo:

- a desenvolverem o espírito crítico, a exercitarem a capacidade de reflexão, a saberem defender o seu ponto de vista, a aprenderem a fazer escolhas, a assumirem responsabilidades, a cooperarem e a descobrirem valores.

A Escola forma os alunos numa ética cristã mas oferecendo-lhes a possibilidade de construírem a sua própria síntese entre vida, fé e cultura.

A Escola prepara ainda os alunos de modo:

- a aprenderem a questionar e a questionarem-se, a actuarem de forma cientificamente fundamentada, a desenvolverem a capacidade de investigação e a desejarem inovar, arriscar e experimentar.

A Escola anima os alunos:

- nas suas actividades académicas;
- na participação nos órgãos de gestão (como o Conselho Pedagógico);
- na participação, não só na vida da Escola como também na da comunidade, incentivando o trabalho de voluntariado que é um exercício efectivo de solidariedade e cidadania;
- na participação em projectos de natureza diversa e em momentos culturais e de convívio.

A Escola incentiva os alunos

- a serem solidários, tolerantes, a considerarem uma situação sob diversos pontos de vista e a estabelecer com os outros relações positivas.

Por outro lado, a Escola enquanto contexto organizacional, possui um clima de participação e de desenvolvimento de

A cidadania é um conceito antigo trazido para uma realidade nova e em constante mudança. Vivemos num mundo em que a relação com o tempo, o espaço, os lugares, o saber, o sentido da vida, do trabalho, de pertença e de identidade fazem invocar um outro olhar e um outro tratamento deste conceito. Embora seja difícil responder a este desafio, a questão não está tanto em reafirmar valores e modos de estar, como em encontrar formas de o concretizar no quotidiano social, educativo e escolar.

Se este é um repto que se coloca a todas as instituições de ensino e formação, para esta Escola, reflectir sobre como educar para a cidadania ou como desenvolver conhecimentos e competências nos formandos conducentes com as características e com as exigências da sociedade dos nossos dias, tem sido uma preocupação constante.

50

Talvez, recordando o sentido de cidadania na Antiguidade Clássica, onde esta noção estava ligada ao conjunto de acções convenientes à comunidade de cidadãos (Fonseca, 2001), pudéssemos dizer que o que a Escola pretende, ao procurar através da educação e da formação, tornar as pessoas mais cívicas nas situações da vida, é prepará-las para agir adequadamente com os outros e intervir eficazmente na transformação da própria sociedade em que vivemos e que queremos ver mais justa e melhor.

Mas, de facto, não resulta transmitir valores cívicos se não se criarem situações em que as pessoas possam experimentá-los e possam avaliar as consequências, para si e para os outros, desse mesmo exercício (Fonseca, 2001).

Neste contexto, a Escola no intuito de contribuir para a emergência de comportamentos de cidadania nos seus formandos promove condições em que estes se sintam

efectivamente integrados, participantes e não meramente entidades passivas e espectadoras.

Assim, a Escola forma os alunos de modo:

- a desenvolverem o espírito crítico, a exercitarem a capacidade de reflexão, a saberem defender o seu ponto de vista, a aprenderem a fazer escolhas, a assumirem responsabilidades, a cooperarem e a descobrirem valores.

A Escola forma os alunos numa ética cristã mas oferecendo-lhes a possibilidade de construir a sua própria síntese entre vida, fé e cultura.

A Escola prepara ainda os alunos de modo:

- a aprenderem a questionar e a questionarem-se, a actuarem de forma cientificamente fundamentada, a desenvolverem a capacidade de investigação e a desejarem inovar, arriscar e experimentar.

A Escola anima os alunos:

- nas suas actividades académicas;
- na participação nos órgãos de gestão (como o Conselho Pedagógico);
- na participação, não só na vida da Escola como também na da comunidade, incentivando o trabalho de voluntariado que é um exercício efectivo de solidariedade e cidadania;
- na participação em projectos de natureza diversa e em momentos culturais e de convívio.

A Escola incentiva os alunos

- a serem solidários, tolerantes, a considerarem uma situação sob diversos pontos de vista e a estabelecer com os outros relações positivas.

Por outro lado, a Escola enquanto contexto organizacional, possui um clima de participação e de desenvolvimento de

comportamentos de cidadania que não se reduzem ao cumprimento das tarefas e funções de cada um dos seus actores (professores, funcionários e colaboradores) mas que se manifestam em acções em que as pessoas:

- se interessam pelo que acontece na Escola e participam nos seus projectos, momentos culturais, formativos e de diversão;
- se respeitam, apoiam e actuam com ética;
- se preocupam com o efeito das suas acções no trabalho dos outros;
- se disponibilizam e ajudam em tarefas e actividades;
- ajudam os alunos no domínio pessoal social (atendimento formal, informal e através do Gabinete de Apoio ao Estudante);
- conhecem e elegem os seus pares ou participam nos órgãos de gestão e decisão;
- participam em reuniões de trabalho, informativas e outras;
- dão sugestões para melhoria do funcionamento da Escola;
- conhecem e cumprem normas e regulamentos;
- procuram actualizar-se e formar-se de forma contínua para melhor exercer a profissão;
- cumprem com os seus deveres e exercem os seus direitos;
- intervêm socialmente na comunidade de forma sistemática e organizada;
- defendem a reputação da Escola (Rêgo, A. e Sousa, L., 1998).

Em síntese, a cidadania nesta Escola traduz-se na realização de funções que vão para além das obrigações formais reservadas a cada um. Há uma cultura de envolvimento e empenhamento na vida da instituição escolar que se exerce por cooperação e encorajamento mútuo. Acreditamos que estes factores são os catalisadores do clima de cidadania que aqui se vive e se torna modelo para os nossos formandos.

É que entendemos que a educação

para a cidadania encontra na Escola, enquanto instituição, um local privilegiado para esse efeito, e por isso as acções que têm implicação directa na experiência e na vida dos alunos são tão relevantes na sua formação, que consideramos que a aprendizagem da cidadania na Escola não pode circunscrever-se às aulas e a conteúdos programáticos.

Assim, pensamos que, se a educação para os valores da cidadania é da responsabilidade de cada professor na sua disciplina, ela é acima de tudo da responsabilidade da Escola enquanto organização e comunidade.

De facto, fala-se com insistência na necessidade das instituições de ensino e formação se constituírem como espaços de socialização e de exercício de cidadania. Acreditamos, enquanto Escola, que as acções que desenvolvemos e as experiências que proporcionamos aos alunos são fundamentais para a sua formação, àquele nível.

51

É pois esta uma das grandes preocupações da Escola e particularmente da equipa de supervisores de estágio. O quê? Em que circunstâncias? Como formar para a cidadania alguém que vai educar crianças pequenas para a cidadania?

Estas perguntas são recorrentes. As respostas apontam sempre para a mesma direcção: é preciso pensar na formação dos futuros profissionais de educação de infância tendo em conta a especificidade da educação pré-escolar, as características das crianças, a forma como elas aprendem, as famílias e as comunidades a que pertencem, os métodos a utilizar, as actividades a proporcionar, a organização do ambiente educativo, as interacções, as atitudes...

Neste contexto, temos sempre presente a necessidade de efectuar uma formação muito ligada com as situações que os futuros educadores de infância terão de viver no dia a dia profissional e deste modo diversificamos as suas experiências de prática pedagógica, ao longo do Curso, para que desenvolvam, em formação, estruturas e competências que os tornem mais capazes de exercer a cidadania em contexto profissional e os habilitem a educar as crianças nos valores cívicos.

Desta forma, esperamos também contribuir para a construção e optimização da nova sociedade, através da acção dessas crianças como cidadãos, amanhã.

Este é um desafio permanente que se coloca à Escola e pelo qual nos sentimos responsáveis, enquanto formadores de futuros formadores de crianças pequenas.

52

Assim, numa ligação entre sistema de formação inicial e sistema de educação de crianças, apostamos e investimos numa formação/educação para a cidadania que coloca futuros educadores e crianças a confrontarem-se com situações reais do mundo e da sociedade que formamos, no sentido de a compreender e explicitar.

Neste sentido, a formação inicial dos alunos deverá permitir-lhes reflectir, questionar e pensar sobre situações da prática "no quadro da dinâmica e do projecto de cada estabelecimento" (Perrenoud, P., 2002:54), onde realizam o seu estágio. Enquanto que a educação das crianças deverá possibilitar confrontarem-se e encontrarem soluções para problemas e ocorrências reais do seu quotidiano. Por seu turno, os métodos, as actividades, os contextos e as interacções que consideramos relevantes, em educação de

infância, encorajam a emergência de comportamentos cívicos e a sua consolidação a partir do ensaio do sujeito. Assim, as práticas e as situações educativas têm subjacente uma perspectiva sócio-construtivista, na qual o impacto do futuro educador e das crianças com experiências activas, e interacções significativas e diversificadas, reforça o pensamento e o raciocínio moral (Fonseca, 2001), necessário à aquisição de competências para exercer a cidadania.

Neste âmbito afirmamos que o Jardim de Infância tem sido, é e deve ser uma Escola de Cidadãos.

Nestas comunidades, instituições de Educação Pré-Escolar, os diferentes actores são intervenientes activos onde a educação se assume como um direito mas a aprendizagem surge como um dever cívico.

É efectivamente a aprendizagem, ou o acesso ao conhecimento, que apetrechará os cidadãos, não só os do futuro mas os de hoje, para serem interventores activos na sociedade.

No Jardim de Infância as crianças:

- aprendem a ser felizes e a descobrir sentimentos;
- experimentam o sentimento de pertença a um grupo;
- aprendem a ter em consideração os interesses dos outros e os próprios;
- conhecem, definem e cumprem regras;
- aprendem a optar, decidir, cooperar e negociar;
- exercem direitos, cumprem deveres;
- aprendem a lidar com situações de forma justa;
- aprendem a resolver conflitos;
- afirmam-se na família a que pertencem;
- descobrem o meio que as rodeia;
- descobrem a sua cidade;
- reconhecem o lugar do seu País

Neste contexto, temos sempre presente a necessidade de efectuar uma formação muito ligada com as situações que os futuros educadores de infância terão de viver no dia a dia profissional e deste modo diversificamos as suas experiências de prática pedagógica, ao longo do Curso, para que desenvolvam, em formação, estruturas e competências que os tornem mais capazes de exercer a cidadania em contexto profissional e os habilitem a educar as crianças nos valores cívicos.

Desta forma, esperamos também contribuir para a construção e optimização da nova sociedade, através da acção dessas crianças como cidadãos, amanhã.

Este é um desafio permanente que se coloca à Escola e pelo qual nos sentimos responsáveis, enquanto formadores de futuros formadores de crianças pequenas.

52

Assim, numa ligação entre sistema de formação inicial e sistema de educação de crianças, apostamos e investimos numa formação/educação para a cidadania que coloca futuros educadores e crianças a confrontarem-se com situações reais do mundo e da sociedade que formamos, no sentido de a compreender e explicitar.

Neste sentido, a formação inicial dos alunos deverá permitir-lhes reflectir, questionar e pensar sobre situações da prática "no quadro da dinâmica e do projecto de cada estabelecimento" (Perrenoud, P., 2002:54), onde realizam o seu estágio. Enquanto que a educação das crianças deverá possibilitar confrontarem-se e encontrarem soluções para problemas e ocorrências reais do seu quotidiano. Por seu turno, os métodos, as actividades, os contextos e as interacções que consideramos relevantes, em educação de

infância, encorajam a emergência de comportamentos cívicos e a sua consolidação a partir do ensaio do sujeito. Assim, as práticas e as situações educativas têm subjacente uma perspectiva sócio-construtivista, na qual o impacto do futuro educador e das crianças com experiências activas, e interacções significativas e diversificadas, reforça o pensamento e o raciocínio moral (Fonseca, 2001), necessário à aquisição de competências para exercer a cidadania.

Neste âmbito afirmamos que o Jardim de Infância tem sido, é e deve ser uma Escola de Cidadãos.

Nestas comunidades, instituições de Educação Pré-Escolar, os diferentes actores são intervenientes activos onde a educação se assume como um direito mas a aprendizagem surge como um dever cívico.

É efectivamente a aprendizagem, ou o acesso ao conhecimento, que apetrechará os cidadãos, não só os do futuro mas os de hoje, para serem interventores activos na sociedade.

No Jardim de Infância as crianças:

- aprendem a ser felizes e a descobrir sentimentos;
- experimentam o sentimento de pertença a um grupo;
- aprendem a ter em consideração os interesses dos outros e os próprios;
- conhecem, definem e cumprem regras;
- aprendem a optar, decidir, cooperar e negociar;
- exercem direitos, cumprem deveres;
- aprendem a lidar com situações de forma justa;
- aprendem a resolver conflitos;
- afirmam-se na família a que pertencem;
- descobrem o meio que as rodeia;
- descobrem a sua cidade;
- reconhecem o lugar do seu País

no mundo;

- ouvem histórias que lhes revelam as tradições e a sabedoria construída e transmitida de geração em geração;
- aprendem a pintar, registar, desenhar, construir, bordar, colar, cozinhar, modelar, semear, ler imagens, dramatizar e brincar...;
- percebem os seus direitos e deveres.

Mas, sobretudo, reflectem sobre o vivido, o visitado e o experimentado e, mediadas pelos adultos, integram os novos conhecimentos transformando-os em novas aprendizagens.

Urge assim formar Educadores que assentando a sua intervenção numa pedagogia humanista e integradora sejam, como diz Perrenoud (2002), artesãos de uma pedagogia construtivista, garantes do sentido do saber, organizadores de situações de aprendizagem, chefes de projecto, gestores da heterogeneidade e reguladores de percursos de formação.

São estes os desafios assumidos pela Escola na (re)construção do projecto de formação dos Educadores de Infância.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, R. (2001), *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem - 21 ensaios para o século 21*, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão.
- FONSECA, A.M. (2001), *Educar para a cidadania*, Porto, Porto Ed.
- PERRENOUD, P. (2002), *A escola e a aprendizagem da democracia*, Porto, Ed. Asa.
- RÊGO, A. e SOUSA, L. (1998), *Comportamentos de cidadania no professor*, In *Rumos - Jornal de Informação Pedagógica*, Porto, Porto Ed.

53